Ata da Audiência pública sobre o EIA-RIMA do empreendimento "Acesso Rodoviário entre os bairros Colinas do Anhanguera e Cidade São Pedro", de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santana do Parnaíba, realizada no dia 10 de dezembro de 2019, no município de Santana do Parnaíba/SP.

Realizou-se, no dia 10 de dezembro de 2019, no Clube Atlético Santana – CASA, Rua Suzana Dias, 260, Centro, Santana de Parnaíba/SP, a audiência pública sobre o empreendimento **"Acesso Rodoviário entre os bairros Colinas do Anhanguera e Cidade São Pedro", de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santana do Parnaíba** (Processo 160/2018, e-ambiente 022915/2018-42). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, declarou que, em nome do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo e Presidente do CONSEMA, **Marcos Penido**, saudava e dava boas-vindas e registrava a presença dos representantes do poder Executivo – nas pessoas dos ilustríssimos senhores e senhoras Veruska Carvalho, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Planejamento; Hélio de Souza, Secretário da Casa Civil; Fábio Mendonça, Secretário de Assistência Social; Marcos Aleixo, assistente Social; Mario Cesar da Silva, Secretário de Serviços Municipais; Marcela Cristiane Pupin, Secretária de Habitação; Clécius Romagnoli, Secretário de Educação; Vaumil Pontes, Secretário de Finanças; Fátima Muro, Secretária de Cultura e Turismo; Rosália Dantas, Secretária Municipal de Operações Urbanas; Adalto José de Oliveira Júnior, inspetor da Guarda Municipal; Flávio Mendonça, Secretário de Esportes; Mauro Brunetto, Secretário da Secretaria Municipal de Emprego, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação; Max Santana, Secretário de Comunicação, todos do município de Santana do Parnaíba; –, do poder Legislativo – nas pessoas dos ilustríssimos senhores vereadores de Santana do Parnaíba Hugo Silva; Adalto Pessoa e Luciano Almeida; –, da Polícia Militar Ambiental – na pessoa do Cleyton Bortolletti, Tenente Comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo; –, dos órgãos públicos, na pessoa do Ilustríssimo senhor Clésio Delfino, da Coordenadoria de Defesa Civil e Marcos Aleixo, Assistente Social, ambos da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba; –, das entidades da sociedade civil, na pessoa do senhor Augusto de Freitas da Fazenda Velha; Carlos Falk, do Tamboré Onze, e; –, dos representantes de organizações não governamentais, na pessoa da senhora Carmen Adsuara da Associação Bandeirante de Arquitetos e Engenheiros de Santana do Parnaíba. Após declarar abertos os trabalhos e anunciar o assunto a ser discutido, informou que a mesa diretora era presidida por ele, e composta ainda por até dois conselheiros do CONSEMA que estivessem presentes na audiência, além de um representante da Cetesb, razão pela qual anunciou a presença do engenheiro **Camilo Fragoso**, gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos de Transporte Rodoviário. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA sobre criação ou alteração de áreas protegidas, empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem suas opiniões, formulem indagações, apresentem contribuições, sugestões e críticas, e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou propostas apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função é tão somente conduzir os trabalhos de forma neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Passou a expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas. Enfatizou que a participação nos debates se daria por meio de inscrição, encerrando-se em 60 minutos a partir da abertura dos trabalhos e que a sequência das manifestações obedecia à ordem das

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

inscrições, sendo permitida somente uma inscrição por entidade ou órgão. Registrou que a audiência pública estava sendo gravada e seu conteúdo seria transcrito e formalizado em ata. Informou que o Conselho prevê que as audiências se desdobram em três momentos ou partes, sendo que na primeira parte tem lugar a apresentação geral sobre a proposta e localização do projeto pelo empreendedor em até quinze minutos e, em seguida, seria realizada a exposição da equipe responsável pelo estudo técnico, detalhando os impactos positivos ou negativos, as medidas mitigadoras ou compensatórias, por até trinta minutos. Na segunda parte fazem o uso da palavra os integrantes do plenário, iniciando-se por representantes do Ministério Público, a seguir os que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada qual a até cinco minutos, e na sequência os cidadãos que não representam quaisquer órgãos ou entidades públicos, mas que falam em seu próprio nome, com direito a até três minutos cada um, sendo este o único segmento das manifestações do plenário com limite máximo de tempo, de 60 minutos para o total das falas. Depois se manifestam os representantes de órgãos ou entidades públicos, seguidos pelos representantes de Conselhos Estaduais ou Municipais. Logo após, tem lugar as falas dos Parlamentares, e por fim, os representantes do Poder Executivo, cada orador com direito a até cinco minutos para o uso da palavra. No terceiro e último momento da audiência, faculta-se ao responsável pelo empreendimento e à equipe de consultoria que ofereçam respostas aos questionamentos e comentem as colocações feitas, ambos por até 15 minutos. Ao cabo, franqueia-se aos representantes do CONSEMA que estiverem compondo a mesa, a prerrogativa de se manifestarem por até dez minutos, distribuídos entre ambos. Em suas considerações iniciais, **Camilo Fragoso** esclareceu que o processo de licenciamento é dividido em três fases e que a atual era a primeira correspondente ao licenciamento prévio em que são colhidas as contribuições e manifestações oferecidas, e toda a documentação e estudos protocolados que serão considerados na avaliação da viabilidade ou não do empreendimento. Caso se reconheça, com base nos materiais aludidos que, do ponto de vista ambiental, o empreendimento é viável, será emitida a licença prévia com as respectivas condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor possibilitando-o dar continuidade às próximas fases da licença de instalação e da licença de operação. Ressaltou que todas as contribuições protocoladas serão apensadas ao processo e consideradas na análise técnica. Concluídos os esclarecimentos iniciais, passou-se à apresentação do projeto. **Eliane Estevam de Oliveira**, coordenadora de Licenciamento Ambiental da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba passou ao resumo da concepção desse projeto que tem por objetivo ligar os bairros de Colinas do Anhanguera e a Cidade São Pedro por meio de um sistema viário de 180 metros de extensão. Lembrou que a implantação pretendida já havia sido analisada e debatida à época da elaboração do Plano Diretor do município, que aponta para a necessidade de promover o escoamento do tráfego na área. Lembrou que a mesma alternativa também foi apontada como sendo a melhor ao longo das audiências públicas realizadas no processo de aprovação do Plano de Mobilidade. Dentre todas as alternativas apresentadas optou-se pela via de ligação entre as avenidas Jaguarí e Pérola Byington, em razão dessa opção proporcionar a melhor fluidez e distribuição do trânsito local, diminuindo o tempo de trajeto e as emissões de dióxido de carbono. Enfatizou que a alternativa escolhida proporcionará um melhor serviço e elevará a qualidade de vida dos usuários que precisam acessar a rodovia Anhanguera e, atualmente, enfrentam um trajeto, bem mais longo. Informou que o projeto atendia, inclusive, uma demanda antiga dos moradores da Fazendinha e de São Pedro e da população que presta serviços ou gostariam de trabalhar em Alphaville, mas acabam por desistir em decorrência do exaustivo e longo trajeto que precisam enfrentar. Explicou que a área para implantação do projeto foi escolhida, em primeiro por não requerer a implantação de obras de arte muito complexas e muitas intervenções ao longo do trajeto. Quanto aos dutos existentes na área, informou que a Petrobrás já havia aprovado a alternativa de trajeto, sem exigir a implantação de infraestrutura especial. Afirmou que será necessário apenas reformar a estrada atual, e sendo assim, a alternativa foi escolhida porque gera menor intervenção e supressão e, consequente, impacto

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

menor na fauna e na flora da Fazenda Velha. Por fim, ressaltou que o objetivo do projeto é atender tanto a população de Alphaville quanto a população da Fazendinha, Cidade São Pedro e Colinas do Anhanguera. **Felipe Martin,** coordenador técnico da CPEA, empresa de consultoria que elaborou os estudos apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente as características do empreendimento, o detalhamento técnico das alternativas locacionais, o diagnóstico ambiental dos meios biótico e socioeconômico, dos impactos potenciais, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas mitigadoras e compensatórias que serão implementados com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los e apresentou os programas de monitoramento ambiental. Com base nesses estudos, conclui-se pela viabilidade da implantação do acesso rodoviário que ligará os bairros Colinas do Anhanguera e Cidade São Pedro desde que atendidas todas as condicionantes técnicas previstas no projeto. Passou-se a etapa dos questionamentos. Não havendo representantes do Ministério Público presentes, o **Secretário-Executivo** passou a etapa na qual se manifestam os representantes da Sociedade Civil. **Carlos Falk** informou que a entidade que representa, o Tamboré 11, faz parte do parte do grupo Anhanguera, que engloba Colinas, Itahyê e várias empresas da região. Afirmou que, todos eram favoráveis de que Colinas seria o melhor ponto de acesso ao São Pedro. Em relação ao Centro Empresarial Tamboré e todo o resto dos acessos para os "Alphavilles," e "Tamborés", a Vivo e a Folha, a defesa pela passagem parecia-lhe um pouco exagerada, porque a alternativa causaria bastante impacto em área preservada, no entanto, não era técnico no assunto. Observou que, apesar de existir uma outra via alternativa, a antiga Cid Vieira, que sai atrás do Tamboré 10, essa possibilidade não havia sido contemplada no projeto. Afirmou que não haveria necessidade de abrir outra via, além do que o acesso pelo topo da Cid Vieira teria a vantagem de dar acesso a Avenida Marcus Ulhoa, a empresa Vivo, os "Tamborés" e "Alphavilles", o Centro Empresarial Tamboré e tantos outros empreendimentos. Reforçou que os gestores da reserva do Tamboré 11, que apoiam muito a reforma, as ações de combate a incêndios e contribui financeiramente, não entende os motivos pelos quais a antiga via Cid Vieira não foi considerada, apesar de não haver oposição quanto a construção de novos acessos ainda melhores do que o pretendido. Afirmou que a nova proposta, apesar de promover a integração municipal, direciona todo o transito para o bairro Colinas da Anhanguera, que já estava extremamente prejudicado pela passagem para a Anhanguera que torna a área bastante sobrecarregada nos períodos de pico de trânsito, durante a manhã e a noite. Portanto, se o objetivo é promover a integração do município, questionou por qual motivo não se poderia atingir tal propósito pelo lado da Cid Vieira, pelas vias Yojiro Takaoka e Marcus Ulhoa e o Centro Empresarial. **Augusto de Freitas**, Presidente da Fazenda Velha, primeiramente, explicou que juntava-se a sua entidade, o grupo Itahye Empreendimentos que compreende dois condomínios residenciais. Informou que a Prefeitura já entrara com o pedido de desapropriação da área, alegando interesse público, o que significa que a justiça levará algum tempo para proceder a avaliação monetária. Lembrou-se que a associação já havia se reunido com os representantes da prefeitura, em meados de 2013-2014, ocasião na qual os moradores entenderam que, pelas características apresentadas, a área seria uma importante ligação entre dois bairros, motivo pelo qual a Fazenda Velha era favorável ao projeto que beneficiava a sociedade e o desenvolvimento da região. Passou-se a etapa na qual se manifestam os cidadãos e cidadãs, em seu próprio nome. **Ana Tereza Vincentim** concordava sobre a importância de implantar ligações de acesso para toda a cidade, no entanto, corroborou que a melhor alternativa seria realizar a conexão pela via Cid Vieira, ou mesmo, Cajamar e Santana de Parnaíba, como forma de ajudar a preservar toda a área de amortecimento da unidade de conservação, evitando o corte da densa mata, equivalente a sete quarteirões de Mata Atlântica, nativa (70.000m^2). Sendo assim, questionou por qual motivo seria necessário destruir uma Mata tão densa para implantar apenas 2 km de uma via? Na sequência, versou sobre os impactos negativos sociais e na

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

mobilidade urbana incidente a partir da implantação da proposta apresentada pelo empreendedor. **Thiago Rio** informou que a via, além de ligar os bairros de Colinas e do São Pedro, irá se transformar em uma rota alternativa para Anhanguera, beneficiando tanto os moradores da Fazendinha, quanto os que trabalham em outras regiões de Cajamar, perto do P3, na divisa com Santana do Parnaíba. Portanto, toda essa população, não restrita as da região específica, poderão se deslocar por meio dessa nova ligação, paralela a Tenente Marques. Seria, portanto, uma via de escape, que minimizará o pesado tráfego local enfrentado no Colinas, para acessar a Anhanguera. Afirmou que será muito mais viável, principalmente para os moradores do São Pedro, acessar as áreas do Centro Empresarial e toda parte do lado Universitário onde existe, atualmente, a integração com o bairro São Pedro, com os residentes de Alphaville e Tamboré. Reiterou que existia uma boa ligação entre os bairros de Colinas e Alphaville, inclusive com ônibus direto, sendo necessário pensar na qualidade de vida daqueles que não dispõem dessa mesma facilidade. Portanto, defendeu a oportunidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Outro aspecto que julga necessário era separar o interesse público do privado, e afirmou que o empreendimento seguiu uma ordem um pouco inversa que foi o interesse pela desapropriação sobrepondo a interesse pela proteção ambiental. Reiterou a afirmação de que existem muitos interesses imobiliários na região, sendo necessário, portanto, conhecer e saber distinguir, o interesse público e coletivo do privado. **Rodrigo Passos**, morador do São Pedro disse que conhece o Colinas do Anhanguera, há dez anos e, ao longo desse tempo, constatou que a implantação de passagem para o São Pedro será de grande valia, inclusive para seus amigos e conhecidos que sofrem diariamente com o trânsito do Itaiê, e que tem que ir para Cajamar para chegar ao São Pedro. Ele próprio, quando presta serviços em Tamboré, tem que dar uma volta e enfrenta um trânsito pesado no trecho de Colinas Anhanguera e Cajamar. Afirmou que a nova passagem será maravilhosa para todos, inclusive para aqueles que passam, horas e mais horas no transporte público. Detalhou que os moradores do Colinas do Anhanguera e do São Pedro enfrentam duas horas e meia para chegar em suas residências, porque o ônibus tem um trajeto longo, que sai do São Pedro, passa pelo Centro Histórico, Alphaville, Tamboré para então chegar em Colinas. Sendo assim, são os moradores de Colinas, que dispendem mais tempo no trajeto e, apesar de pagarem muitos impostos, não tem condições de utilizar nenhum dos serviços oferecidos, em Tamboré e em Alphaville. Detalhou que essas pessoas precisam utilizar o Poupatempo localizado na Fazendinha, ou ir até o Centro Histórico, em Santa Ana. Portanto, defendeu que as necessidades dos moradores do bairro Colinas também devem ser consideradas. Afirmou que muito se fala sobre os impactos ambientais, ou seja, muitos "têm mais dó dos animais do que das próprias pessoas". Lamentou por todos os impactos ambientais sofridos no mundo, mas por tudo o que foi exposto, acreditava tratar-se de uma empresa séria e que a obra traria diversos benefícios tanto para São Pedro, quanto para a cidade de Santana de Parnaíba inteira. **Eliandro José do Nascimento** relatou que trabalhava como corretor em uma imobiliária de Osasco, mas que teve que sair por conta da distância que percorria, todos os dias, para chegar ao trabalho. Afirmou que a implantação da estrada será excelente para o bairro, que de tão isolado que é não permite, muitas vezes, nem o acesso ao supermercado e médicos da região. Relatou sobre os estrados provocados pelas chuvas de janeiro, que impediram que ele tivesse acesso ao bairro, por oito horas, dia fatídico que teve que ficar preso com a família dentro de um carro. Reclamou que a maioria dos moradores de Alphaville nem se importaram com o que ocorreu porque tiveram suas saídas e entradas todas liberadas. Afirmou ser a favor da proteção ambiental, adorava a mata, mas percebia que o impacto seria pequeno perto dos impactos decorrentes dos trinta mil habitantes que ficam isolados do São Pedro e do mundo. Lembrou-se dos impactos decorrentes da construção e Alphaville, principalmente, para os indígenas que, até então, residiam no local. Afirmou que o povo do Alphaville queria era isolar os pobres, mesmo com a igualdade de direitos e pelos impostos que também pagam os menos favorecidos, para

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

atravessar as áreas. Reiterou as dificuldades que os moradores passam em razão do isolamento a que são submetidos, além dos impactos decorrentes do muro para conter as emissões de ruídos, implantado a época das obras do Rodoanel. Enfatizou que os moradores não queriam viver isolados. **Adriana Ramalho Vasco**, moradora do Colinas do Anhanguera, disse que via como sendo muito benéfica a ligação dos bairros, porém notou a existência de outras alternativas, de menor impacto e com menos risco para a população. Sendo assim solicitou que fosse considerada, dentre as alternativas locacionais, a proposta de implantar a ligação na divisa com Cajamar. Apesar de ser leiga em engenharia, ao consultar o Google, percebia ser possível implantar a ligação do São Pedro com Colinas por meio do traçado de subida, na divisa com Cajamar, ocasionando menor impacto a vegetação da mata e facilitando, ainda mais, o acesso a Anhanguera. Afirmou que os moradores locais sofriam muito com o trânsito, no trajeto pela Pérola Byington. Ela mesma, semanalmente, tinha que levar a filha para a escola, trajeto no qual há havia presenciado muitos capotamentos, devido curva muito acentuada existente no trajeto. Sendo assim, solicitou seja considerada na análise das alternativas o trajeto a que se referiu. Outrossim, solicitou seja procedida rigorosa fiscalização no trajeto de acesso ao longo do trajeto, que expõem os moradores de Santana de Parnaíba a sérios riscos. **Luiz Ricardo Cavalcante Vasco** afirmou que duas das propostas de trajeto apresentadas pelo empreendedor eram praticamente descartáveis. Lembrou que o trajeto por Cajamar, teria sido embargada por erros cometidos pela própria Prefeitura. Defendeu que os impactos ambientais decorrentes da obra pretendida deveriam ser considerados, de fato, para que se possa escolher o melhor trajeto. Enfatizou que a maioria dos munícipes defendia fosse mantido um bom tráfego local, para garantir o nível de empregabilidade, no entanto, a proposta da prefeitura não era a melhor por dificultar o acesso para todo mundo ou direcionar todo o tráfego para a mesma estrada, que hoje já não comporta o próprio trânsito. Afirmou que todos sabiam que o trânsito seria desviado para dentro da mata existente. Quando isso acontecer, afirmou que o trajeto que passa pela mata deverá ser toda cercada e diversas outras medidas deverão ser implantadas. Por outro lado, lembrou que a alternativa de utilizar a área cedida pela Fazenda Velha, promoveria menos impactos ao meio ambiente e facilicitaria o acesso, da mesma forma. **Adelino Martins de Oliveira** informou que tinha quase 70 anos e era um aposentado que utilizava muito pouco os recursos da região, mas o assunto acabou lhe interessando por ser muito ligado as questões do verde e cultivar muitas plantas em casa. Ao estudar a problemática local concluiu tratar-se de um bairro enorme ligado a um bairro pequeno, cuja principal via é uma pequena rua, sem saída, na qual, em 2008, um morro foi cortado para abrir o trânsito. Relatou que a chegada desse progresso no Colinas, a estrada não pode ser utilizada porque todos estacionavam seus carros sobre as calçadas, impedindo o trajeto dos pedestres. Defendeu que a proposta de aproveitar a ligação da Cid Vieira até o bairro São Pedro seria uma excelente forma de contentar a todos. **Ana Lucia**, moradora do Colinas, reafirmou que todos estavam preocupados com as condições de tráfego, da avenida que segue para a Anhanguera, pois os inúmeros caminhões interditavam a avenida, desde às seis da manhã. Afirmou que a proposta apresentada acarretaria um tráfego ainda maior, além de afetar a preservação da mata existente. Por fim, questionou por qual motivo não foi considerada a alternativa de acesso indicada pelos que lhe antecederam a fala, tendo em vista representar impacto menor em obra já existente. **Maria de Fatima Tereza** informou que, há 35 anos, residia em Colinas de Anhanguera, sendo, uma das primeiras moradoras. Informou que, a partir do momento que vivenciaram a dificuldade de deslocamento de um bairro para outro, começou a sonhar com a interligação municipal para levar uma boa educação e empregabilidade para a região que sofria com o isolamento. Apesar da expectativa futura de haver mais veículos transitando, afirmou que virão, ao mesmo tempo os benefícios e a possibilidade de acessar, com maior facilidade, os serviços de saúde e o aumento da empregabilidade na região. Explicou que, promover o alargamento das ruas poderá melhorar o fluxo dos carros e facilitar o acesso à

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

Rodovia Anhanguera. Portanto, afirmou acreditar que o projeto será benéfico para todos e que a empresa proponente havia realizado um estudo adequado, e implantaria, inclusive, passagens para animais. Por fim, parabenizou o projeto que esperava fosse implantado da forma que foi apresentado. **Greice Furtado da Silva** disse acreditar que todos buscavam por melhorias gerais para a cidade e afirmou que ninguém é contra a ligação. No seu ponto de vista, o que faltava era realizar a avaliação de duas alternativas de trajeto, e dentre as existentes, preferia aquela que passa próximo ao contorno de Cajamar. Afirmou ser uma pessoa preocupada com o meio ambiente e, por esse motivo, verificou que os riscos serão maiores se cortarem a mata pelo meio, e disse que o EIA/RIMA não esclarecia muito bem sobre a questão dos animais. A seu ver, se a opção próxima de Cajamar for adotada, esse impacto não existirá e a ligação entre os bairros irá ser possível da mesma forma. Solicitou que seja realizada uma nova avaliação que leve em conta os riscos de invasões, atropelamento de fauna e desmatamento ilegal. Reiterou seja realizado um estudo mais detalhado das outras opções de trajeto. **Francisca Furtado Lacerda**, moradora de Colinas posicionou-se também a favor da estrada, mas não do trajeto que corta a mata, por causar destruição a natureza e prejudicar os animais. Requereu seja implantado o trajeto mais curto, com menos gasto, destruição da natureza e, que mais preserva a vida dos animais. **José Rinaldo Pereira Viana** afirmou que impactos ocasionados pelas intervenções sempre existirão, mas, a Cidade São Pedro e Colinas precisavam ser interligadas a outros bairros para evitar a enorme volta que precisa ser feita para chegar de um bairro a outro. Afirmou que todos esperavam que a natureza fosse preservada, e acreditava que a empresa de consultoria era competente e havia realizado um bom estudo. Afirmou tratar-se de uma oportunidade que não deveria ser perdida, pois tal iniciativa iria ajudar não somente o pessoal do São Pedro, como também, todos os bairros vizinhos. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes de órgãos públicos. **Clésio Delfino**, da Coordenadoria de Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba informou atuar, há mais de cinco anos, no órgão que tem uma política muito bem direcionada com relação ao planejamento e uso do solo urbano, e a obrigação de informar aos demais departamentos da prefeitura sobre a existência de risco ou não de riscos a população. Sendo assim, o órgão entendia que a abertura desse viário era necessária devido a várias questões, dentre as quais, principalmente, para garantir o desenvolvimento das regiões de São Pedro e de Colinas, nas áreas da saúde, educação e mobilidade, como também, o gerenciamento de riscos ligados a vulnerabilidade e a suscetibilidade. Explicou que a região encontrava-se vulnerável devido à ausência dessa passagem e detalhou que o bairro Colinas, como os residenciais do Ithayê, que necessitaram de apoio e socorro rápido em diversas ocasiões, difíceis ou não, mas constatou-se que os tempos de resposta as solicitações feitas estão muito prejudicados. Detalhou que a travessia do município de Cajamar, na divisa de município Santana e Cajamar até o Colinas era extremamente difícil devido ao estrangulamento provocado pelo pesado trânsito de veículos. Informou que o estudo apresentado privilegia o menor trecho entre os dois pontos e as condições ambientais, de prevenção e de segurança para a fauna e para flora, o que é muito importante. Afirmou que a proposta também era muito vantajosa do ponto de vista administrativo, porque viria a ocupar uma área doada pela prefeitura. Afirmou que o estudo favorecerá em muito os trabalhos da Defesa Civil, devido suas vantagens nos aspectos de segurança, infraestrutura, de gerenciamento preventivo de riscos e para os trabalhos de fiscalização. **Marcos Aleixo**, Assistente Social da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba relatou a experiência vivenciada ao longo dos trabalhos de atendimento à população de São Pedro e Colinas, que mais necessitam de apoio da assistência social, principalmente, em razão de sua localização geográfica inseridas em áreas íngremes com muitos morros. Ao longo do trabalho desenvolvido ouve muitos relatos sobre as dificuldades de deslocamento e de isolamento que a população de São Pedro e Colinas enfrentavam. Ofertou um exemplo sobre um dos atendimentos que prestara, detalhando as dificuldades enfrentadas pela comunidade.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

Afirmou que a solução para a maioria dos problemas de isolamento de Colinas seria melhorar o tráfego na travessia da cidade para que situações emergenciais possam ser atendidas, de imediato, conforme mencionou o coordenador da Defesa Civil. Defendeu que a implantação da interligação é primordial para promover o progresso efetivo dos bairros. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes do poder executivo. **Fábio Mendonça**, Secretário de Assistência Social da Prefeitura de Santana de Parnaíba externou sentir-se muito honrado em participar da discussão de um assunto tão importante para os bairros de Colinas da Anhanguera, São Pedro, para a cidade de Santana de Parnaíba e Alphaville. Disse que não entraria nas questões de licenciamento ambiental porque a explicação da empresa sobre o estudo havia comprovado que o melhor local para implantar a via pretendida era no trajeto da estrada existente há mais de 50 anos, justamente onde o impacto ambiental seria o menor de toda a região. Como secretário de assistência social da cidade de Santana de Parnaíba, há dois anos e meio, conhecia muito os problemas da população do bairro Cidade São Pedro e Colinas da Anhanguera. Relatou que na sexta-feira, Marcos Aleixo demorou 40 minutos para chegar no bairro Colinas da Anhanguera, e ele próprio, 50 minutos, mesmo tendo saído as 15h00 do Colinas da Anhanguera e seguindo o trajeto pela Tenente Marques, passando por Cajamar para então, chegar ao centro de Santana de Parnaíba. Lembrou que parte da população do São Pedro e do Colinas da Anhanguera não podiam mais passar por todo esse sofrimento principalmente para ter acesso ao pronto atendimento. Detalhou que a situação era muito grave porque para a população do Colinas chegar ao pronto atendimento da UPA de Fazendinha, leva em torno de 50 minutos no trajeto, e um minuto na saúde pode, muitas vezes, custar uma vida. Portanto, os ganhos para a área de saúde do bairro de Colinas da Anhanguera será maravilhoso. Por outro lado, afirmou que toda a mudança trazia uma insegurança momentânea, mas todos precisam avaliar quais serão os ganhos dos bairros e da cidade e considerar que simultaneamente com o licenciamento ambiental, estava sendo apresentado o estudo de impacto de trânsito que é de suma importância para Alphaville e dos bairros de Colinas da Anhanguera, e da Cidade São Pedro. Afirmou que no Polo Industrial do Tamboré existem disponíveis, cerca de 10 mil empregos, sendo que apenas dois mil deles são ocupados por moradores de Santana de Parnaíba. Com a abertura dessa via os moradores do Cidade São Pedro vão gastar apenas 15 minutos para chegar ao Polo Industrial Tamboré pagando duas passagens, uma de ida e outra de volta. Afirmou que serão centenas de empregos de suma importância para Santana do Parnaíba e, principalmente para os moradores da Cidade São Pedro, um bairro com 30 mil habitantes. **Hélio de Souza**, secretário da Casa Civil da Prefeitura de Santana de Parnaíba informou que, primeiramente, trataria da qualidade de vida do cidadão e proprietários de imóveis no bairro Colinas da Anhanguera, desde 1998, época em que as identidades eram emitidas como cidadão parnaibano. Recordou também das lutas travadas para a abertura da via Pérola Byington, que trouxe ganhos imensuráveis para todos. Hoje existe um belo empreendimento na área, que é o Residencial Ithayê. Perguntou o que seria morar naquele residencial sem que existisse a saída para a Anhanguera pelo Colinas, e lembrou que essa era a situação que se tinha antes. Enfatizou que Colinas da Anhanguera não tinha esse acesso direto e rápido para o Centro Histórico e, como bem relatou o secretário, não tinha ligação com seu pronto atendimento e, 50 minutos podem custar uma vida. Enfim, reiterou que os ganhos com a implantação daquela saída são imensos. Por outro lado, lhe parecia lógico que a perda ambiental deve ser mensurada e todos sabem que, infelizmente, os impactos existirão. Refutou a alegação de alguns de que esses impactos deveriam ser mais bem avaliados, pois o estudo apresentado pelo empreendedor durou de oito a nove meses, ou até mais, e foi muito bem feito demonstrando, com segurança, que se trata de trecho onde haverá menor impacto. Afirmou que os municípios deveriam ser independentes uns dos outros e terem suas próprias vidas. Em relação ao fluxo e calçamento da via Cândido Portinari, informou que o governo atual providenciou estudos com o objetivo de melhorar essa

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

situação e, nesse sentido, detalhou que seria possível ampliar as vias, sem causar qualquer problema. Passou-se às réplicas e esclarecimentos do empreendedor e equipe consultora. **Veruska Ticiana Franklin Carvalho**, secretária municipal do Meio Ambiente e Planejamento de Santana de Parnaíba informou que, pouco antes da audiência estava reunida com o Conselho Municipal do Meio Ambiente do município. Enfatizou não haver dúvidas que a audiência pública garante não somente a participação, transparência e o controle social, como também, confere ao poder público, a oportunidade de ouvir e assimilar as contribuições das pessoas interessadas em construir uma cidade melhor e garantir melhor qualidade de vida para todos que vivem em Santana de Parnaíba. Tratava-se também de oportunidade para conhecer o projeto e o estudo de impacto ambiental desenvolvido. Disse que ao ouvir a técnica Eliana, da secretaria apresentar o que motivou o poder público a desenvolver um projeto como esse, afirmou sentir-se confortável em analisar aquela intervenção, por entender que estava sendo proposto o melhor para a cidade. Observou que aqueles que são contrários ao projeto não iriam se sentir contemplados e satisfeitos com nenhuma das respostas e esclarecimentos ofertados, contudo, estava motivada e acreditava que a maioria das pessoas presentes não pertencia aquele grupo. Quanto a existência de proposta de implantação do sistema viário, diferente daquela que foi apresentada e com menor impacto, afirmou que a sua administração não era conivente com o desmatamento. Tranquilizou a todos que o município de Santana de Parnaíba tinha uma Política Municipal de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável. Na sequência, com auxílio de projeção, reiterou e detalhou a proposta de traçado que foi objeto de discussão na reunião do CONDEMA. Apresentou a localização da Reserva Biológica Tamboré e versou sobre a interferência que a segunda alternativa teria nessa área. Ao contrário do que foi afirmado, esclareceu que a Prefeitura havia apresentado o estudo de tráfego em diferentes cenários, em cumprimento a exigência da Cetesb. Portanto, em resposta àqueles que demonstraram preocupação com o tráfego, reiterou que a Prefeitura havia, sim, realizado os estudos necessários. Informou que o estudo concluiu que a via existente era insuficiente para atender as necessidades atuais e futuras com a projeção de tráfego para daqui a 50 anos. Nesse ponto, retornou ao detalhamento da alternativa de rota apresentada pela Prefeitura, que é transformar uma via interna numa avenida e, a partir daí, respondendo a um dos questionamentos afirmou que a avenida terá calçada nos dois lados e no trecho inteiro da via, conforme prevê a legislação. Reiterou que a proposta é resultado de estudo, tendo sido, inclusive o estudo de impacto ambiental debatido por duas vezes no Conselho Municipal do Meio Ambiente, dando cumprimento a uma das exigências do processo de licenciamento da Cetesb. Complementou que o estudo também foi discutido, pela segunda vez, pelo órgão gestor da reserva Biológica Tamboré, em razão do empreendimento ocupar a zona de amortecimento dessa unidade de conservação. Nas duas vezes em que o empreendimento foi discutido, também foi verificada a existência de outras propostas, além daquelas que foram analisadas. Informou que das discussões, também participaram representantes do grupo de Controle Social do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Portanto, todas as propostas foram avaliadas de forma democrática e profunda, o que conferia plena segurança, de estar sendo apresentado para o Governo do Estado na Cetesb a proposta de menor impacto, com todas as medidas de compensação e de segurança ambiental necessárias. Detalhou a compensação ambiental que será realizada para garantir a mitigação da supressão de vegetação e afirmou que nada seria mais justo de que a compensação ocorra dentro do município de Santana, como as pessoas estão reivindicando. Informou sobre que a incidência de desmatamento em Santana do Parnaíba encontrava-se abaixo da média, assim como foi noticiado pela imprensa. Questionou quem estava acompanhando as ações de fiscalização da prefeitura em combate ao desmatamento na cidade. Informou inclusive que o Plano de Metas, daquele governo prevê o plantio de 50.000 árvores, até 2021. Informou que a Prefeitura, em um ano, já havia plantado mais de 15 mil

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br

árvores. Informou que no licenciamento fora proposto, inclusive, o cercamento da via. Reiterou, por fim, o compromisso do seu governo em garantir o desenvolvimento econômico, social e sustentável, e informou que a equipe da Secretaria do Meio Ambiente colocava-se a disposição para dirimir qualquer dúvida e recomendou a todos que participassem das reuniões do CONDEMA, como forma de construir uma cidade cada vez melhor para todos. **Felipe Martin**, coordenador técnico da CPEA, esclareceu que o trafego não será liberado enquanto o cercamento da via não for concluído. Com relação à prevenção de possíveis deslizamentos devido a declividade do terreno, asseverou que estão sendo implantadas as melhores tecnologias para mitigar o risco dessas ocorrências, principalmente, nos trechos de maior declividade. Informou que nessa fase de estudo prévio, a Cetesb verifica a viabilidade do empreendimento e analisa a pertinência das propostas de compensação ambiental. Somente na etapa seguinte o órgão ambiental irá se pronunciar sobre a implantação, ou não, do projeto e o detalhamento sobre as medidas de compensação ambiental. Ao final, colocou-se a disposição para responder qualquer futuro questionamento sobre o projeto. O **Secretário Executivo** passou a palavra ao representante da CETESB. **Camilo Fragoso George**, gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos do Transporte Rodoviário declarou que a análise do empreendimento encontrava-se em fase inicial de tramitação, correspondente ao licenciamento prévio, na qual se analisa a concepção e afere-se a localização do empreendimento, para por fim concluir sobre sua viabilidade ambiental. Ainda nesta fase, comentou, ocupava o importante papel a audiência pública, instância que se presta à colheita de contribuições e esclarecimento dos aspectos não compreendidos do projeto. Informou que a Prefeitura já havia respondido a uma solicitação de complementação solicitada pela Cetesb e que, poderiam ainda ser demandados eventuais esclarecimentos. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o **Secretário-Executivo do CONSEMA**, **Anselmo Guimarães** informou ainda que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data da audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto encaminhando-as para o *email* do CONSEMA. E, em nome do **Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Marcos Penido,** agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema@sp.gov.br